

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)9 mar 2017 | O Globo | ANDRÉ DE SOUZA andre.reanto@bsb.oglobo.com.br

Depoimentos tentam esclarecer doações

Relator convoca operador da Odebrecht que pagava políticos

-BRASÍLIA- Para esclarecer divergências sobre o envolvimento do presidente Michel Temer na arrecadação de recursos para o PMDB, em 2014, o ministro Herman Benjamin, relator do processo que investiga a chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), incluiu novo personagem na acareação entre executivos da Odebrecht, marcada para amanhã. Além de Marcelo Odebrecht, Cláudio Melo Filho e Hilberto Mascarenhas, também vai participar Benedicto Barbosa da Silva Junior, que comandava o Setor de Operações Estruturadas da empresa, o chamado "departamento da propina".

Os quatro já prestaram depoimento, separadamente. Benedicto vai participar da audiência por meio de videoconferência, em local ainda não definido. Apenas Cláudio Melo Filho irá pessoalmente ao TSE. Marcelo Odebrecht, já condenado, continua preso em Curitiba.

Herman Benjamin também marcou para amanhã mais um depoimento de ex-funcionário da empreiteira Odebrecht. A nova testemunha é José de Carvalho Filho, que já trabalhou na área de Relações Institucionais da empresa, cuja função, de acordo com delatores, seria entregar dinheiro a políticos. Ele será o oitavo nome ligado à construtora a depor no TSE.

O relator diz que quer julgar o caso até abril, antes de mudanças na composição no TSE. Mas seus colegas acham difícil concluir até lá. O mandato do ministro termina em outubro. Uma possibilidade estudada por aliados de Temer é estender o processo até 2018, quando termina seu mandato.

Como estratégia de defesa, Temer tenta ainda separar a análise das contas, alegando que não tem responsabilidade sobre eventuais ilegalidades cometidas pela titular da chapa. O presidente ainda poderá pedir a nulidade dos depoimentos de executivos e ex-executivos da Odebrecht, caso sejam prejudiciais à sua defesa.

AÇÃO FOI MOVIDA PELO PSDB Caso as contas não sejam separadas e haja condenação, Dilma fica inelegível, e Temer perde o mandato, mas poderá continuar disputando eleições. Isso porque o TSE costuma tornar inelegível apenas o titular da chapa. Caso Temer seja cassado, haverá uma eleição indireta no Congresso Nacional para ocupar o cargo até o fim do mandato, que acaba em 1º de janeiro de 2019. Se as contas forem separadas, Dilma pode ficar inelegível e Temer continuar no cargo de presidente da República.

As ações foram apresentadas pelo PSDB, que pediu a cassação da chapa vencedora da eleição de 2014. Elas foram ajuizadas quando Dilma Rousseff ainda era presidente. Como ela sofreu o impeachment no ano passado, o julgamento no TSE poderá levar à saída de Temer do poder. Ironicamente, o PSDB é o principal aliado do presidente hoje.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)